



# ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR - II Série, n.º 91 de 18 de Abril) • Contribuinte n.º 501 323 414

## MENSAGEM

A revolução do 25 de Abril de 1974, por tudo o que teve de emancipador e pelos caminhos que deixou em aberto às opções, tanto políticas como ideológicas, dos portugueses, faz parte indissociável do património institucional, cultural e até afectivo de todos eles.

Há 33 anos os Portugueses, depois de um longo processo de luta, acordaram livres e, deixando para trás os 48 anos de repressão e os 13 anos de guerras coloniais, assumiram a Liberdade e, em tempo de todos os sonhos, travaram todas as lutas, realizaram muitos desejos. Foi o tempo do fim da guerra e da construção da paz.

Comemorar anualmente aquela data assumiu, por isso, o carácter de uma reafirmação de confiança nos valores que restituíram a dignidade individual e colectiva aos cidadãos e lhes deram o conseqüente direito de escolher os caminhos colectivos por que melhor entendam enveredar.

O 25 de Abril identificou-se naturalmente, no imaginário comum, com a ideia de Liberdade. A Liberdade factor de emancipação, a Liberdade condição inalienável para vencer as injustiças e para alicerçar as bases de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

A liberdade representa, de facto, o vector tendencial a que deve obedecer a arquitectura do Estado e os direitos dos cidadãos plasmados na Constituição do país. Dada a sua natureza primordial, ela terá de estar subjacente em todos os dispositivos instrumentais que regem a sociedade e a respectiva auto-regulação fazer-se sem atentar contra os direitos essenciais de quem quer que seja, nomeadamente dos mais desfavorecidos.

É sobre a Liberdade, que obtivemos, que temos construído a Democracia. Sem ela estaríamos pior, ainda que seja pouco compreensível como foi possível, passados mais de 30 anos de Democracia, defrontarmo-nos com as actuais dificuldades. Mas, como a responsabilidade da construção da Democracia foi de todos, também a sua renovação, o seu aprofundamento e melhoramento não podem deixar de caber a todos.

A Constituição da República Portuguesa, independentemente das leituras a que a sua prática possa estar sujeita, assenta numa matriz progressista. O projecto social que lhe está subjacente, em que a componente da justiça social tem um peso determinante, só será concretizável por sucessivas aquisições ao longo do tempo, consoante as conjunturas tanto políticas como socio-económicas, internas e externas, o permitirem.

É portanto à luz de uma dimensão temporal de média duração que os julgamentos políticos acerca dos poderes instalados se revestirão de um carácter bem fundamentado. Esse reconhecimento não invalida, antes estimula, a luta política de todos os dias, já que dela depende a visibilidade dos objectivos mais distantes a atingir e a própria vitalidade da democracia, que se alimenta do contraditório e dos conflitos de ideias e de interesses.

A liberdade auto-regulada é pois o denominador comum que deverá informar todos os comportamentos sociais. O seu limite superior corresponderá ao princípio de nunca consentir que a liberdade sirva para atentar contra a existência da própria liberdade.

Numa altura em que, por força dos descontentamentos inerentes à situação difícil que o país atravessa, começam a aflorar aqui e ali algumas manifestações saudosistas de um autoritarismo, do racismo e da xenofobia que a revolução dos cravos parecia ter extirpado, nunca será demais permanecermos atentos aos fenómenos que tais sintomas traduzem.

Ao comemorar Abril, mais do que relembrar os pormenores da acção e os seus autores, importa relembrar a miserável situação do país que levou à necessidade de uma ruptura como foi o 25 de Abril.

É imperioso evitar que novas situações semelhantes se criem, pois, sabemo-lo por experiência própria, é sempre mais fácil deixar degradar as instituições, do que, mais tarde, recuperá-las.

E, se queremos que o 25 de Abril se mantenha com a perenidade que se deseja, não queremos que seja necessário que outro 25 de Abril se torne indispensável.

Durante a segunda grande conflagração mundial Roosevelt caracterizou uma das etapas da luta pela liberdade, em que os países aliados estavam envolvidos, como a de uma luta contra o medo. Tal como no passado, importa que todos os democratas se empenhem na luta por uma sociedade liberta de medo.

Na actualidade, por mor da mundialização desregulada que se instalou em toda a parte e de que Portugal, até pela sua pequena dimensão, também é objecto, incide sobre os cidadãos um clima pesado de insegurança e de instabilidade. O medo gerador de angústia colectiva quanto ao porvir imediato, a obscuridade quanto ao futuro e quanto à estabilidade dos empregos, dentro de condições mínimas de dignidade e mesmo de sobrevivência, está a originar um clima social depressivo. Vencer o medo, nas presentes circunstâncias, pressupõe restabelecer os laços de solidariedade entre os diversos segmentos da nossa sociedade e reafirmar o compromisso de manter o modelo do Estado Social de harmonia com o carácter redistributivo que o caracteriza. Há que, nesse contexto, persistir no desenvolvimento das nossas potencialidades para estimular a economia. Isso passa por uma aposta na valorização educativa do povo português e por uma deliberada correcção dos desequilíbrios estruturais de que a nossa terra continua a padecer. E passa, sobretudo, por compenetrar os homens e as mulheres deste país de que a sua emancipação e a sua dignidade constituem os objectivos permanentes de uma política cuja substância só a eles cabe, em última instância, seguir e acatar.

Confiante na nossa capacidade colectiva, a Associação 25 de Abril reafirma a sua vontade em contribuir para um Portugal cada vez mais livre, mais junto, mais fraterno e em Paz.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Abril de 2007